

CONTRATO Nº 113/2019

O **MUNICÍPIO DO SALVADOR**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE**, com sede no Vale dos Barris, n.º 125, nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.927.801/0003-00, neste ato representada pela Subsecretária de Gestão, Dra. **ISABELA LOUREIRO MANSO CABRAL**, devidamente autorizada pela Portaria n.º 11/2017, de 23/02/2017, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADAS EIRELI**, com sede na rua Catumbi, n.º 99 – São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF. sob n.º 09.445.502/0001-09, neste ato representada pelo **Sr. ALBERTO RÓGERIO COELHO DIAS**, RG n.º 18.397.150-40 SSP/SP, CPF/MF sob n.º 087.112.298-70, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si acordados os termos deste contrato, cuja celebração foi autorizada mediante ato homologatório à fl. 3.722 do processo administrativo n.º 6927/2017- SEMGE, sujeitando-se as partes às Leis n.º 8.666/93, atualizada, Lei Municipal n.º 4.484/92, esta no que couber, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições que anunciam a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:

Edital de Pregão Eletrônico – SEMGE n.º 220/2019, 27 de setembro de 2019.
Proposta apresentada pela **CONTRATADA** em 27/09/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto deste contrato a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de **Apoio Administrativo**, para atender as necessidades dos diversos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta da Administração Pública Municipal, seguindo as características constantes no item 5 do Termo de Referência, nas especificações e quantidades constantes do Anexo I deste contrato.
- 1.2 Os serviços serão executados em conformidade com o Termo de Referência e na proposta apresentada pela **CONTRATADA**.
- 1.3 O objeto deste contrato não poderá sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executado pela **CONTRATADA**, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação estabelecido com seus prepostos ou unidades de força de trabalho, envolvidas na execução do objeto contratual, sobre os quais manterá estrita e exclusiva fiscalização.
- 1.4 Deverão ser observadas as normas constantes do Decreto Municipal n.º 23.781/13.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1 O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1 Os serviços são de natureza administrativa e operacional, a serem prestados de forma continuada, envolvendo atividades e funções descritas nos itens 5 e 6 do Termo de Referência.

- 3.2 A assinatura deste instrumento obriga a **CONTRATADA** a iniciar a execução dos serviços no prazo de **10 (dez) dias úteis**, sendo a data na qual todos os postos forem preenchidos por prepostos da **CONTRATADA** o termo inicial da efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

- 4.1 Os serviços descritos no item 5 do Termo de Referência, objeto da contratação, compreendem, dentre outras, as atividades relacionadas descritas no relatório de atividades da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO 2002, Portaria nº397, de 09 de outubro de 2002 e serão executados pela **CONTRATADA** obedecendo às normas legais e regulamentares pertinentes, de acordo com as especificações do termo de referência.
- 4.2 Os serviços serão prestados de acordo com a necessidade e demanda do **CONTRATANTE**, observados o horário de funcionamento dos órgãos e entidade da Administração, de segunda a sexta-feira, e até mesmo, em situações excepcionais, serem prestados aos sábados e domingos, devendo ser mantido pessoal suficiente para atendimento às chamadas mesmo durante o horário de almoço.
- 4.3 Os serviços descritos no item 5 do Termo de Referência serão executados cumprindo carga horária de 36 (trinta e seis) horas semanais, de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou de 12 (doze) horas diárias, com escala de 12x36 (doze por trinta e seis) horas, de acordo com as necessidades das unidades, constantes do Anexo "A" do Termo de Referência, e em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.
- 4.4 A distribuição do horário de prestação de serviço será feita de modo que, pelo menos, um prestador permaneça até o final do expediente nos postos de trabalho, especialmente nos casos em que norma trabalhista fixe regime de labor com jornada de 12 (doze) horas diárias com escala 12 x 36 (doze por trinta e seis) horas, não computando nesse período o intervalo de (01) uma hora para refeição e descanso.
- 4.5 Não havendo expediente no **CONTRATANTE** aos sábados, poderá ser ultrapassado o período diário de 8h de 2ª a 6ª, para compensação do sábado não trabalhado.
- 4.6 Não sendo possível a diluição das horas durante a semana, será necessário realizar a compensação das horas faltantes em até 60 (sessenta) dias ou conforme estabelecido na Convenção Coletiva da categoria.
- 4.7 O **CONTRATANTE**, mediante comunicação do Fiscal do Contrato, poderá dispensar os empregados da **CONTRATADA**, em razão de feriados exclusivos da Administração Pública Municipal, recesso e pontos facultativos, sendo que neste caso as horas não trabalhadas pelos empregados serão creditadas no banco de horas a favor do **CONTRATANTE**, devendo ser planejada pela fiscalização a compensação das mesmas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias ou conforme estabelecido na Convenção Coletiva da categoria.
- 4.8 Aos sábados, caso haja necessidade, poderá ocorrer solicitação do Fiscal do Contrato, no sentido de que seja colocado à disposição parte ou a totalidade dos profissionais, para que cumpram jornada de 4 (quatro) ou 6 (seis) horas, as quais, por perfazerem o quantitativo insculpido no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, não possuirão o condão de deferir o adicional de horas extras.

- 4.9 Excepcionalmente, poderá ser solicitada à **CONTRATADA** a prestação de serviços adicionais em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, além das jornadas previstas no subitem 6.3, mediante comunicação do Fiscal do Contrato, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
- 4.10 As horas colocadas à disposição da Administração, excedentes das mencionadas no item 6.3 do Termo de Referência, somente serão consideradas para fins de pagamento, caso não ocorra a devida compensação, nos termos da legislação vigente, e desde que haja convocação expressa por parte do Fiscal do Contrato.
- 4.11 O horário efetivo de prestação dos serviços será determinado por cada Órgão/Entidade da Administração Pública Municipal e comunicado à **CONTRATADA** por intermédio da fiscalização desde que observados os itens 6.2 e 6.3 do Termo de Referência.
- 4.12 A fruição dos intervalos legalmente estabelecidos não poderá ser coincidente, de modo a garantir a continuidade da prestação de serviços e a disponibilidade dos serviços descritos no item 5 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos consignados ao orçamento dos órgãos/entidades abaixo indicados, do exercício de 2019, devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente.

ÓRGÃO	SUBAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
CASA CIVIL	250100	33.90.37	0.1.00
CODESAL	250134	33.90.37	0.1.00
COGEL	250102	33.90.37	0.1.00
DESAL	250104	33.90.37	0.1.00
FCM	250111	33.90.37	0.1.00
FGM	250133 107800	33.90.37	0.1.00
FMLF	250124	33.90.37	0.1.00
GABP	250127 254400 254500	33.90.37	0.1.00
GABVP	250129	33.90.37	0.1.00
PGMS	250114	33.90.37	0.1.00
SALTUR	250121	33.90.37	0.1.00
SECIS	250105	33.90.37	0.1.00
SECOM	250112	33.90.37	0.1.00
SECULT	250131	33.90.37	0.1.00
SEDUR	250132	33.90.37	0.1.00
SEFAZ	250108	33.90.37	0.1.00
SEINFRA	250125	33.90.37	0.1.00
SEMAN	250103	33.90.37	0.1.00
FUMPRES/SEMGE	257700	33.90.37	0.2.34

SEMGE	250136	33.90.37	0.1.00
SEMOB	250122	33.90.37	0.1.00
SEMOP/FUNCIP	250126	33.90.37	0.1.17
SEMOP/NOF	250128	33.90.37	0.1.00
SEMPs	250119	33.90.37	0.1.00
SEMTel	104400	33.90.37	0.1.00
SEMUR	250107	33.90.37	0.1.00
SMED	243600	33.90.37	0.1.01
	243500		
SMS	250106	33.90.37	0.2.14
SMPJ	134400	33.90.37	0.1.00
	254700		
	251800		
	250116		
SUCOP	250130	33.90.37	0.1.00
TRANSALVADOR	250123	33.90.37	0.2.50

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 O valor mensal do contrato é de **R\$ 8.903.425,82 (oito milhões, novecentos e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 106.841.109,84 (cento e seis milhões, oitocentos e quarenta e um mil, cento e nove reais e oitenta e quatro centavos)** para 12 meses.
- 6.2 Estima-se para **pagamento de encargos sociais/despesas de caráter eventual** o valor mensal de **R\$ 1.487.913,53 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos e treze reais e cinquenta e três centavos)**, correspondente ao provisionamento de parcelas referentes a eventos futuros e incertos, despesas eventuais, encargos sociais e despesas sujeitas à condição, com incidência de tributos.
- 6.3 A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o correspondente ao preço unitário constante da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, multiplicado pelo quantitativo de unidade força de trabalho efetivamente utilizada na prestação dos serviços contratados.
- 6.4 Os encargos sociais eventuais, descritos no Anexo II, deste instrumento só serão pagos se e quando ocorrerem, em fatura separada, **limitado ao valor ofertado na proposta da CONTRATADA**, acompanhada de documentos que demonstrem o efetivo pagamento das mencionadas obrigações, com consequente atesto da GECEC/SEMGE e da CAD's nos documentos que demonstram o cumprimento da obrigação pela **CONTRATADA**.
- 6.5 Estão inclusos no preço todos os custos e despesas relativas a: salários, impostos, taxas, contribuição, ou encargos fiscais, sociais, financeiros, trabalhistas, previdenciários, de acidentes de trabalho, transporte, fardamento ou quaisquer outros ônus que porventura existam, necessários à execução dos serviços, não cabendo nenhum pagamento adicional no presente contrato.
- 6.6 A realização do pagamento, observando-se o subitem 12.4.2 do Termo de referência e fica condicionada ao atendimento, pela **CONTRATADA**, da apresentação dos documentos relacionados abaixo, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade, relativos ao mês anterior à prestação dos serviços, e planilha de serviços executados, sob pena de retenção do pagamento devido, conforme Decreto Municipal nº 15.549/05, de 14 de março de 2005.

- a) Folha de pagamento do pessoal envolvido na prestação de serviços, bem como das guias individualizadas por contrato, dos recolhimentos do FGTS e do INSS;
 - b) Certidão Negativa de Débito com o INSS;
 - a) Certidão de Regularidade com o FGTS;
 - b) Certidão Negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
 - c) Comprovação da entrega do vale-transporte e do vale-refeição.
- 6.7 A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, salvo disposição expressa da **CONTRATANTE**.
- 6.8 A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada:
- I. Da comprovação do pagamento da remuneração e das contribuições sociais - FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e Previdência Social, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados.
 - II. Da comprovação do pagamento da remuneração e da Previdência Social, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados.
 - III. Da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.
 - IV. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela **CONTRATANTE**.
 - V. Do cálculo dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e que devem ser depositados pela **CONTRATANTE** nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da **CONTRATADA**, utilizados como empregados da **CONTRATADA** com dedicação exclusiva na prestação dos serviços.
 - VI. De todos os dados necessários para que a **CONTRATANTE** possa viabilizar os depósitos previstos nos incisos II e IV do art. 19-A da IN SLTI/MPOG nº 3/09, tais como os dados bancários (banco, agência, conta corrente e conta vinculada) e os pessoais de seus trabalhadores diretamente vinculados à execução do contrato (nomes, nº do CPF) e demais dados necessários para essa finalidade.
- 6.9 Alternativamente, a Administração poderá descontar da fatura e pagar diretamente aos trabalhadores alocados na execução do contrato os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas a eles devidos, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da **CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03/2009, e autorização expressa a ser concedida pela **CONTRATADA** no momento da assinatura do Contrato.
- 6.10 Para pagamento da fatura do mês de Dezembro a **CONTRATANTE** solicitará à **CONTRATADA** a comprovação do pagamento integral da gratificação natalina dos funcionários.
- 6.11 A nota fiscal/fatura dos encargos de caráter eventual deve ser acompanhada dos demonstrativos mediante comprovação, atesto das CAD's/PMS e certidões

- 6.12 Para pagamento das verbas rescisórias deverão ser apresentados os Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT, devidamente homologados pela autoridade competente, acompanhado do comprovante de pagamento da guia de FGTS e INSS.
- 6.12.1 Nos casos em que não houver homologação, a comprovação das verbas rescisórias dar-se-á mediante Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT, comprovante de recebimento bem como o comprovante de pagamento da guia de FGTS.
- 6.13 O pagamento será realizado mensalmente, através de crédito em conta corrente, obrigatoriamente mantida junto ao BANCO BRADESCO, consoante determinação do DECRETO MUNICIPAL n.º 23.856/2013, a qual deverá ser indicada na declaração fornecida pelo estabelecimento bancário, na forma do disposto no art. 4º, § 2º do Decreto Municipal 13.991/2002, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em conformidade com a legislação vigente, correspondentes aos serviços efetivamente prestados, devidamente atestados pelo Servidor/Comissão de Recebimento e mediante a apresentação dos documentos fiscais exigíveis e declaração de não existência de débitos registrados no CADIN Municipal, conforme Decreto Municipal nº 24.419/2013.
- 6.14 Na hipótese de eventuais atrasos de pagamento, a **CONTRATADA** terá direito, a partir do primeiro dia útil seguinte àquele no qual, segundo o contrato, o pagamento haveria de ser feito, a correção monetária conforme determina o art. 40, inciso XIV, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, desde a data prevista para o efetivo pagamento até o dia de sua concretização.
- 6.15 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.
- 6.16 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.
- 6.17 Havendo erro no documento de cobrança ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a **CONTRATADA** adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida, sem ônus para o Município do Salvador.
- 6.18 A **CONTRATANTE** poderá sustar no todo ou em parte os pagamentos devidos, sempre que ocorrerem irregularidades na prestação dos serviços ou no documento de cobrança.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 A **CONTRATADA** responsabiliza-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais, das normas disciplinadas pela Administração, obrigando-se ao cumprimento dos seguintes requisitos:
- 7.1.1 Efetuar a inscrição da empresa perante o FISCO do Município de Salvador/BA, cuja comprovação deverá ser feita até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do termo de contrato, conforme dispõe os artigos 228 e 323 do Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador.

- 7.1.2 Implantar, dentro de no máximo 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da autorização de início dos serviços, os seus empregados nos respectivos postos de trabalho contratados e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela **CONTRATANTE**, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido.
- 7.1.3 Apresentar, antes do início da execução do contrato, relação nominal dos empregados, contendo informações de todos os profissionais que prestarão serviços nas unidades do **CONTRATANTE**, como: nome completo, cargo ou função, data de nascimento, RG e CPF, endereço, horário dos postos de trabalho e telefone.
- 7.1.3.1 Em nenhuma hipótese, será permitido o acesso às dependências do **CONTRATANTE** de funcionário não incluso na relação;
- 7.1.3.2 Qualquer alteração referente aos funcionários alocados, deverá ser imediatamente comunicada ao **CONTRATANTE**, apresentando a documentação pertinente, se necessário for; e
- 7.1.3.3 Sempre que houver mudança na equipe permanente, o **CONTRATANTE** deverá ser notificado por escrito, sendo que o aceite do novo profissional ficará a cargo do **CONTRATANTE**, a fim de verificar se todas as exigências curriculares contratuais foram cumpridas.
- 7.1.4 Fornecer empregados capacitados e qualificados conforme item 5 do Termo de Referência, para a perfeita execução dos serviços continuados. Os profissionais deverão obedecer aos requisitos da Administração quanto a jornada, tarefas a serem executadas e requisitos mínimos, de acordo com o presente instrumento.
- 7.1.4.1 Selecionar e preparar rigorosamente o empregado que irá prestar os serviços, encaminhando, até o dia do início dos serviços, impreterivelmente, uma carta de apresentação, a qual ficará de posse da **CONTRATADA**; e
- 7.1.4.2 Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades, alheias ao contrato, durante o horário em que estiverem prestando serviço.
- 7.1.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, chefia ou assessoramento, nas unidades do **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 3º do Decreto Municipal nº 23.781/2013.
- 7.1.6 Apresentar, até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, cópias das CTPS dos empregados admitidos para execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da **CONTRATADA**.
- 7.1.7 Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato.

- 7.1.8 Distribuir o horário de prestação dos serviços, de modo que, pelo menos, um prestador permaneça até o final do expediente de cada órgão/entidade.
- 7.1.9 Manter quantitativo de profissionais necessários para garantir a perfeita execução dos serviços, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- 7.1.10 Manter quadro de empregados, sempre em conformidade com o contrato, não sendo aceitável ausência por motivo de férias, descanso semanal, licenças em geral, falta ao serviço, demissão e outros análogos.
- 7.1.11 Conceder licenças, folgas e descansos semanais, atribuídos aos profissionais dispostos nos postos de trabalho, desde que haja prévia comunicação ao Fiscal do Contrato.
- 7.1.12 Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição imediata nos casos de faltas, inclusive para atender eventuais acréscimos solicitados pelo **CONTRATANTE**, bem como, impedir que o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne ao posto de trabalho. As faltas não repostas, sejam quais forem os períodos ou motivos, serão abatidas do valor pago mensalmente, independente de outras penalidades contratuais. O cálculo para desconto das faltas será da seguinte forma:
 - 7.1.12.1 Em caso de falta ou não prestação dos serviços, será aplicado desconto no valor mensal, conforme o disposto a seguir: valor mensal do posto de trabalho multiplicado por 12 (doze), dividido por 365,25 (trezentos e sessenta e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos), multiplicado pelo número de dias em que o serviço deixou de ser prestado, independentemente da aplicação de penalidades.
- 7.1.13 Substituir em 48 (quarenta e oito) horas, sempre que exigido pela Administração e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do **CONTRATANTE** ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços, vedado o retorno dele às dependências do **CONTRATANTE**, para cobertura de licenças, dispensas, suspensões ou férias de outros empregados;
- 7.1.14 Garantir a prestação dos serviços mesmo em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência;
- 7.1.15 Não admitir prestação de serviços que implique em horas extras e/ou adicionais noturnos, salvo casos especiais, e desde que previstos na planilha de custos e formação de preços;
- 7.1.16 Encaminhar ao **CONTRATANTE**, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;
- 7.1.17 Elaborar um plano de férias, em até 11 (onze) meses, após o início da vigência do contrato, onde constará o nome do funcionário e a data prevista para início e término de suas férias:

- 7.1.17.1 Fica a **CONTRATADA** obrigada a, na ocasião da substituição, só realizar quando solicitado pelo **CONTRATANTE**;
- 7.1.17.2 O substituto deverá se apresentar em um dia útil, que antecede o gozo das férias do funcionário, para que as informações referentes ao desempenho da atividade, sejam repassadas, e os custos relativos a este dia deverão ocorrer às expensas da **CONTRATADA**;
- 7.1.17.3 Em caso de modificação das datas previstas, as mesmas deverão ser informadas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devidamente justificadas, por escrito, sendo atualizado o plano de férias; e
- 7.1.18 Todos os custos de insumos, despesas e demais encargos (sociais, trabalhista e previdenciários), nos casos de suspensão temporária dos postos de trabalhos, em função da concessão de férias, afastamentos, licenças e outras suspensões, sem o substituto, serão cobertos pela **CONTRATADA**, sem que haja qualquer ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.1.19 Orientar seus empregados de que somente poderão se retirar dos prédios ou instalações do **CONTRATANTE**, dentro da carga horária estabelecida para a prestação do serviço, mediante substituição da respectiva unidade de força de trabalho, sob pena de glosa na contraprestação devida à **CONTRATADA** pela execução do objeto pactuado;
- 7.1.20 Manter seu pessoal identificado com crachá, que deverá conter foto, nome completo, empresa prestadora, bem como instruí-los a apresentar-se ao trabalho obedecendo às regras de higiene e asseio;
- 7.1.21 Fornecer uniformes em um só padrão e seus complementos aos empregados, a partir do início da execução dos serviços, de modo que todos executem suas atividades devidamente trajados. Os custos dos uniformes não poderão ser repassados a seus funcionários e deverão ser substituídos no prazo estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;
- 7.1.22 Fornecer equipamentos de proteção individual, para aquela unidade de força de trabalho que eventualmente venha a realizar trabalhos, os quais haja necessidade destes tipos de equipamentos, de acordo com as Normas Técnicas de Medicina e Segurança do Trabalho;
- 7.1.23 Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço. A inadimplência da **CONTRATADA** para com estes encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- 7.1.24 Apresentar mensalmente e sempre que solicitado, pelo **CONTRATANTE**:
- 7.1.24.1 Folha de Pagamento dos funcionários utilizados na prestação dos serviços contratados, Guias de Recolhimento das Contribuições Sociais e Previdenciárias (INSS, FGTS, COFINS e PIS), referente ao objeto deste

contrato, autorizando, desde já a retenção da fatura e utilização do crédito correspondente, ou de outros eventualmente existentes junto à Administração, para pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas dos empregados alocados ao contrato, bem como das contribuições previdenciárias e FGTS, quando houver falha no cumprimento das obrigações contratuais, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

- 7.1.24.2 Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade **CONTRATANTE**, e cópia (s) dos respectivo (s) recibo (s) de depósito (s) bancário (s); e
- 7.1.24.3 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (a exemplo de vale-transporte, vale-alimentação) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado, bem como as comprovações de despesas com seguro de vida e planos de assistências médicas e odontológicos.
- 7.1.25 Comprovar o pagamento integral da gratificação natalina dos funcionários à época da apresentação da fatura do mês de dezembro;
- 7.1.26 Apresentar o comprovante de pagamento das verbas rescisórias, bem como o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT, devidamente homologado, acompanhado do comprovante de pagamento da guia de FGTS, individualizadas. Nos casos em que não houver homologação, a comprovação das verbas rescisórias dar-se-á mediante apresentação do TRCT, comprovante de pagamento das verbas rescisórias e comprovante de pagamento da guia de FGTS;
- 7.1.27 Entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, quaisquer dos seguintes documentos:
- 7.1.27.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da **CONTRATANTE**.
- 7.1.28 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- 7.1.29 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados, para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**;
- 7.1.30 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal, para todos os empregados;
- 7.1.31 Efetuar o pagamento dos salários para cada categoria, conforme o piso do acordo ou convenção entre o sindicato patronal e de trabalhadores ou dissídio coletivo de trabalho vigente;

- 7.1.32 Efetuar o pagamento de seus funcionários, no prazo previsto em Lei, através de rede bancária, via depósito bancário, a fim de evitar interrupções na prestação dos serviços, bem como possibilitar a conferência do pagamento por parte do **CONTRATANTE**;
- 7.1.33 Fornecer aos seus empregados vale-transporte, e outros benefícios e vantagens previstos na legislação, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente;
- 7.1.34 Fornecer o vale-alimentação que deverá obedecer aos valores estabelecidos no acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente;
- 7.1.35 Fazer seguro de seus empregados, contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 7.1.36 Respeitar as estabilidades provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária);
- 7.1.37 Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, por meio manual, mecânico, eletrônico ou eletrônico alternativo;
- 7.1.38 Cumprir e fazer cumprir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes, realizando, às suas expensas, os exames médicos e complementares, tanto na admissão de seus empregados e durante a vigência do contrato de trabalho, bem como na demissão, mantendo em seu poder os respectivos comprovantes para verificação pelo **CONTRATANTE**, quando solicitado;
- 7.1.39 Providenciar, as suas expensas, o encaminhamento e o tratamento médico dos empregados designados à execução dos serviços contratados, em caso de doença, acidente de trabalho ou quaisquer outros acontecimentos desta natureza;
- 7.1.40 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem a prestação dos serviços;
- 7.1.41 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.42 Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às exigências descritas neste contrato;
- 7.1.43 Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social ou documento equivalente, durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
- 7.1.44 Atender prontamente as exigências da Administração, inerentes ao objeto do contrato;

- 7.1.45 Exercer as suas atribuições em perfeita consonância com as disposições normativas do **CONTRATANTE**, sob pena de se constituir em inadimplência contratual;
- 7.1.46 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e das rotinas estabelecidos pelo **CONTRATANTE**, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 7.1.47 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 7.1.48 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 7.1.49 Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão de execução do objeto contratual;
- 7.1.50 Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir;
- 7.1.51 Relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços;
- 7.1.52 Comunicar formal e imediatamente ao gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a prestação de serviços de que trata este contrato;
- 7.1.53 Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;
- 7.1.54 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco, no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta, não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993;
- 7.1.55 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;
- 7.1.56 Não transferir, ceder ou subcontratar, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;
- 7.1.57 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica, todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

- 7.1.58 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 7.1.59 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 7.1.60 Responsabilizar-se pela conduta do empregado que for incompatível com as normas do **CONTRATANTE**, tais como: cometimento de ato desidioso, negligência, omissão, falta grave, violação do dever de fidelidade, indisciplina no descumprimento de ordens gerais;
- 7.1.61 Instruir seus empregados, quanto à necessidade de acatar as orientações do **CONTRATANTE**, e sobre a obrigatoriedade do cumprimento das normas de segurança do trabalho, podendo o **CONTRATANTE** paralisar os serviços no caso dos empregados não estarem devidamente protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da **CONTRATADA**;
- 7.1.62 Orientar regularmente seus empregados, acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização de água e energia elétrica; e
- 7.1.63 Nomear um preposto para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o Fiscal do Contrato, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações do **CONTRATANTE**, e por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93;
- 7.1.63.1 O preposto será responsável por:
- I Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;
 - II Cumprir e fazer cumprir as diretrizes do **CONTRATANTE**, segundo determinação do Fiscal de Contrato, dentro dos limites do contrato;
 - III Reportar-se ao Fiscal do Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;
 - IV Receber as observações do Fiscal do Contrato, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão de obra;
 - V Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
 - VI Fazer com que os usuários dos serviços recebam tratamento adequado, respeitoso e atencioso;

- VII Instruir os seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do encarregado, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- VIII Acompanhar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, registrando as ocorrências havidas;
- IX Inspecionar a execução dos serviços;
- X Providenciar e manter permanentemente atualizado, um Livro de Ocorrências, junto ao Fiscal do Contrato; e
- XI Fornecer número telefônico fixo e móvel, fax e e-mail, objetivando a comunicação rápida, no que tange aos serviços contratados.

7.1.63.2 O preposto deverá orientar e instruir os seus empregados, quanto a:

- I Prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
- II Necessidade do preposto acatar as orientações do **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- III Relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade observada na prestação de serviços;
- IV Observar, cumprir e fazer cumprir as orientações operacionais e administrativas, emanadas do órgão competente, visando a conveniência e o bom andamento do serviço;
- V Cumprir rigorosamente as escalas de serviço;
- VI Dar ciência ao Fiscal do Contrato de todas as ocorrências no serviço;
- VII Preencher documentos relacionados com os serviços sob sua responsabilidade;
- VIII Zelar pela preservação do patrimônio do **CONTRATANTE**;
- IX Colaborar na prevenção e combate a incêndio;
- X Cumprir as normas e procedimentos vigentes no âmbito do **CONTRATANTE**;
- XI Executar outras tarefas correlatas, da mesma natureza e nível de complexidade, relacionadas aos serviços contratados;
- XII Permanecer em seu local de trabalho no período determinado, somente ausentando-se quando autorizado ou em caso de emergência e comunicar o fato assim que possível, a quem tenha competência para o recebimento de tal comunicação;
- XIII Exigir sempre a transmissão clara e precisa das ordens de serviço;

- XIV Portar crachá de identificação de acordo com as normas estabelecidas pelo **CONTRATANTE**;
- XV Conduzir-se com urbanidade e educação, tratando a todos com respeito, procurando atender ao público e aos servidores do **CONTRATANTE**, com atenção e presteza;
- XVI Manter-se com boa apresentação e higiene no trabalho, mantendo postura compatível com as atividades de segurança;
- XVII Manter a devida discrição e comportamento reservado, a respeito das atividades de seu posto de trabalho;
- XVIII Assumir o posto no horário regulamentar, já uniformizado para o desempenho de suas atribuições;
- XIX Adentrar as áreas restritas, somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- XX Não abordar autoridades ou empregados de outras áreas, para tratar de assuntos particulares ou de serviço; e
- XXI Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do **CONTRATANTE**, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**, visando a execução do objeto deste contrato, se obriga a:

- 8.1 Exercer a fiscalização dos serviços por um Fiscal de Contrato, especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;
- 8.2 Realizar inspeções para verificações do trabalho mantido em suas dependências, efetuando os devidos registros no livro de ocorrência, bem como dando ciência formal à **CONTRATADA**, acerca de possíveis irregularidades;
- 8.3 Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à **CONTRATADA** as substituições necessárias;
- 8.4 Não promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da **CONTRATADA**, mediante a utilização destes, em atividades distintas, daquelas previstas no objeto da contratação, e em relação à função específica, para a qual o trabalhador foi contratado;
- 8.5 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

- 8.5.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 8.5.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados, que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade; e
- 8.5.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados.
- 8.6 Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da **CONTRATADA**, que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante à qualificação econômico-financeira;
- 8.7 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.8 Cumprir e exigir o cumprimento das disposições contidas nas cláusulas do contrato, podendo aplicar as penalidades previstas em Lei, pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;
- 8.9 Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento parcial ou total das disposições deste contrato e do Termo de Referência de Prestação de Serviços;
- 8.10 Permitir o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA**, para execução dos serviços;
- 8.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**;
- 8.12 Pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e seus anexos e;
- 8.13 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela **CONTRATADA**, no que couber.

CLÁUSULA NONA – UNIFORMES E IDENTIFICAÇÃO

- 9.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer uniformes completos aos seus funcionários, consoante tabela relacionada no subitem 7.7 do Termo de Referência, desde o início da execução dos serviços, de modo que todos executem suas atividades devidamente trajados.
- 9.2 Os uniformes deverão conter a identificação da Empresa (nome e/ou logomarca) em local visível, pelo menos nas peças que compõem a parte superior do vestuário (impresso ou bordado).
- 9.3 Os uniformes deverão ser confortáveis, dotados de acabamento perfeito, duráveis, feitos com materiais de alta qualidade, ajuste perfeito ao corpo do usuário.

- 9.3.1 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 9.4 Os tecidos deverão ser confeccionados de modo a oferecer boa mobilidade e elegância ao usuário. Deverão ser resistentes, para não desbotarem e não rasgarem.
- 9.5 Os uniformes deverão ser fornecidos nos quantitativos e frequência conforme estabelecido em convenção da categoria ou em prazo menor, quando a fiscalização do contrato, justificadamente, assim o exigir.
- 9.6 Os uniformes terão a seguinte composição:

SERVIÇO	CAMISA	CALÇA	CINTO	CALÇADO	EPI (*)
Agente de Apoio e Serviços	2	2	1	1	
Almoxarife	2	2	1	1	
Auxiliar de Almoxarife	2	2	1	1	
Copeiro	2	2	1	1	
Garçom	2	2	1	1	
Recepcionista III	2	2	1	1	
Recepcionista V	2	2	1	1	
Recepcionista VI	2	2	1	1	

- Caso a função exija o uso de EPI's, a empresa deverá fornecer um *kit* com todos os equipamentos inerentes à função.
- 9.7 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor da SEMGE, responsável pela fiscalização do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 10.1 A vigência deste contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, a critério da **CONTRATANTE** e concordância da **CONTRATADA**, mediante aditivo, se atendidos os interesses da Administração Municipal, até o limite máximo previsto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

- 11.1 A alteração de quaisquer das cláusulas ou condições contidas neste contrato, só poderá ser procedida através de aditivo assinado pelas partes, resguardado o disposto no art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.
- 11.2 Fica a **CONTRATADA** obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, previsto na Lei nº 9.648/98.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

- 12.1 Os preços estabelecidos neste contrato serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, previsto na Cláusula Nona deste instrumento, podendo ser revistos a qualquer tempo, se for o caso de desequilíbrio econômico e financeiro, na forma da lei.
- 12.2 No caso de prorrogação do contrato, e se couber reajuste, este observará o índice oficial previsto no Município do Salvador e só incidirá sobre os itens que não tenham sofrido revisão ou repactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

- 13.1 As alterações dos preços dos serviços, para efeito de repactuação ou revisão, com vista ao equilíbrio econômico do contrato só poderão ocorrer através de processo fundamentado e que comprove alteração nos custos de maneira a justificar o pleito, por meio de documentação a ser analisada pela Procuradoria Geral do Município e deverão ter por base os preços das propostas apresentadas, considerando o último dia do seu prazo de validade, incluindo eventuais prorrogações, conforme segue:

Para fins de possíveis repactuações:

- a) Os aumentos provenientes de Dissídios ou Convenções Coletivas da categoria incidirão, exclusivamente, sobre o Módulo “1” e “2” da (s) planilha (s) que consubstanciam os Anexos do contrato;
 - b) Os componentes do Módulo “3” serão alterados no curso da execução do ajuste, se for o caso de referidas despesas efetivamente fazerem parte dos custos do contrato e vierem a ser majoradas, ampliando o custo real do contrato, da seguinte forma:
 - I Despesa com deslocamento – em função da variação das tarifas de transportes, respeitados os percentuais impostos pela legislação específica.
 - II Alimentação – em função das estipulações constantes em Acordo Coletivo, Dissídio Coletivo ou Convenção Coletiva.
 - c) Os aumentos nos Módulos “1”, “2” e “3” não repercutirão na remuneração ou lucro empresarial e apenas alterarão os tributos e demais encargos se proporcionarem modificação nas respectivas bases de cálculo.
- 13.2 Os pedidos de repactuação devem observar as legislações federal e municipal correspondentes e, ainda, a Instrução Normativa SEFAZ/CGM nº 34 de 02 de outubro de 2014.
- 13.3 Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanham o pedido, pesquisa de mercado a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, devendo a deliberação, deferimento ou indeferimento, acerca da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos.
- 13.4 A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial do Município (DOM).

- 13.5 É vedado à **CONTRATADA** interromper o serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços realizar-se-ão através da Gerência Central de Gestão de Contratos – GEDEC, acompanhada das Coordenações Administrativas – CAD's, ou setores afins de cada Órgão e Entidade da Administração Direta e Indireta da PMS, nos termos dos Artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.
- 14.2 As relações entre o Município e a empresa **CONTRATADA** serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.
- 14.3 A fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Município, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte técnica dos serviços, em função das disposições do Termo de Referência e do Contrato, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolarem as previsões do contrato e do Termo de Referência.
- 14.5 A execução dos serviços será constantemente monitorada pela fiscalização, devendo seguir os seguintes procedimentos:

14.5.1 FISCALIZAÇÃO INICIAL (NO MOMENTO DO INÍCIO DO CONTRATO)

- a) Elaborar planilha-resumo de todo o contrato administrativo firmado. Tal planilha conterá todos os Colaboradores que prestarão serviços, constando as seguintes informações: nome completo do empregado, número de CPF, função exercida e local de trabalho (Órgãos e Entidades da Administração Direta e/ou Indireta do Município do Salvador);
- b) Conferir se o empregado disponibilizado pela **CONTRATADA** possui os requisitos exigidos no item 5 do Termo de Referência;
- c) Conferir através de fotocópias fornecidas pela **CONTRATADA**, todas as anotações na (s) Carteira (s) de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos Colaboradores, e verificar se ela (s) coincide (m) com o informado pela empresa e pelos respectivos Colaboradores. Atenção especial para a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante esteja corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho;
- b) Consultar eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a empresa terceirizada (por exemplo, se cada Colaborador tem direito a auxílio-alimentação gratuito).

14.5.2 FISCALIZAÇÃO MENSAL (A SER FEITA ANTES DO PAGAMENTO DA FATURA/NOTA FISCAL)

- a) Elaborar planilha-mensal que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados e local de trabalho (Órgãos e Entidades da Administração Direta e/ou Indireta do Município do Salvador),

- b) Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas efetivamente trabalhados;
- c) Exigir que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos Colaboradores por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura, salvo hipótese de compensação de horas;
- d) Exigir da empresa, para cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, inclusive a conferência dos valores recolhidos pela **CONTRATADA** que alocam seus Colaboradores nas dependências da **CONTRATANTE**, as seguintes comprovações:
- cópia do comprovante de recolhimento mensal da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, sob pena de rescisão contratual;
 - cópia do comprovante de recolhimento mensal do FGTS, individualizado, referente ao mês anterior, conforme estabelecido no contrato;
 - comprovante de pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
 - comprovante de fornecimento de vale-transporte e de auxílio-alimentação, quando cabível;
 - comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei; e
 - comprovante do cumprimento da convenção, do acordo coletivo ou da sentença normativa.

14.5.3 FISCALIZAÇÃO DIÁRIA (Coordenações Administrativas ou Gerências Administrativas dos Órgãos e Entidades Municipais)

- a) Conferir, todos os dias, qual (is) empregado (s) terceirizado (s) está (ão) prestando serviços. Fazer o acompanhamento com a planilha-mensal;
- b) Verificar se o (s) empregado (s) está (ão) cumprindo à risca, a jornada de trabalho. Deve-se combinar com a empresa a forma da compensação de jornada;
- c) Evitar ordens diretas aos empregados da **CONTRATADA**. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao encarregado e/ou preposto da **CONTRATADA**. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas ao (s) empregado(s); e
- d) Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada. Essa conduta é exclusiva do empregador.

14.5.4 FISCALIZAÇÃO ESPECIAL

- a) Observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). O (s) reajuste (s) dos Colaboradores deve ser obrigatoriamente concedido (s) pela **CONTRATADA** no dia e percentual previstos (verificar a necessidade de proceder ao equilíbrio econômico financeiro do contrato em caso de reajuste salarial);
- b) Realizar o controle de férias e licenças dos Colaboradores na planilha-resumo;
- c) A **CONTRATADA** deve respeitar as estabilidades provisórias e assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus Colaboradores, acidentados ou com mal súbito, em conformidade ao que dispõe o Art. 19 da Lei nº8.213/91, referente a Caracterização de Acidente de Trabalho – CAT (ANEXO XI).

14.5.5 Das disposições gerais pertinentes à fiscalização:

- a) Distribuir as funções e tarefas entre os serviços das funções descritas no item 5 do Termo de referência;
- b) Acompanhar e orientar os serviços desenvolvidos nos postos de trabalho;
- c) Acompanhar o comportamento e assiduidade dos serviços das funções descritas no item 5 do Termo de Referência;
- d) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;
- e) Recusar os serviços executados que não atenderem as especificações estabelecidas neste contrato;
- f) A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à fiscalização todas as informações referentes ao controle da frequência e da jornada de trabalho, bem como do banco de horas dos colaboradores da **CONTRATADA** que estiverem atuando no posto de trabalho, com devido registro dos dias e horários trabalhados (folha de frequência), conferindo, se for o caso, as compensações na forma estabelecida nas cláusulas do Item 6 do Termo de Referência, considerando cada um dos Colaboradores da **CONTRATADA** que atuaram no mês específico, mesmo para aquele Colaborador que atuar por apenas 1 (um) dia na contratação;
- g) O labor extra jornada deverá ser solicitado pela respectiva fiscalização, mediante a necessidade da Administração. Qualquer compensação do banco de horas deverá ser autorizada previamente pela fiscalização, conforme a necessidade do órgão/entidade da Administração;
- h) Obedecer a todas as orientações do Termo de Referência e deste Contrato, e manterem arquivo eletrônico o controle de prazos, pagamentos realizados (data e valores), saldos contratuais e saldo de empenho, controle de frequência e de horários dos Colaboradores da **CONTRATADA** que atuarão no posto de serviço, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nesta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei Municipal nº 6.148/02, Decreto Municipal 15.984/05, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei 8.666/93 na sua atual redação e Lei Municipal nº 4.484/92, no que couber, sem prejuízo das demais cominações legais, em especial as estabelecidas no item 17 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 16.1 Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a **CONTRATADA** apresentará no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia numa das modalidades previstas no artigo 56, parágrafo 1º, incisos I, II e III da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 5.342.055,49 (cinco milhões, trezentos e quarenta e dois mil, cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)**, que correspondente a 5%(cinco por cento) do valor do contrato, para o período de 12 (doze) meses.
- 16.2 A garantia contratual deverá ser atualizada nas mesmas condições e parâmetros de atualização do contrato firmado.
- 16.3 Quando a garantia for efetuada em títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 16.4 A garantia deverá ter previsão de validade de mais 180 (cento e oitenta) dias, após o encerramento contratual. A devolução da referida garantia estará condicionada a comprovação do pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas, decorrentes da contratação, e caso o pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela administração.
- 16.5 O **CONTRATANTE** fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato, ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA**, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.
- 16.6 A autorização contida no subitem anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

- 17.1 Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido nas normas aplicáveis à espécie.
- 17.2 O ISS devido à Fazenda Municipal, em razão do faturamento de serviços, deverá ser retido na fonte pagadora (Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ), por se tratar de responsabilidade tributária por definição legal, conforme o art. 82 da Lei 6.453/2003, na ocasião do pagamento da fatura.

- 17.3 A **CONTRATADA** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os custos, emolumentos, encargos, inclusive sociais, contribuições fiscais e parafiscais, bem como os tributos incidentes sobre a compra dos materiais, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
- 17.4 Ficando comprovado, durante a execução do contrato que a **CONTRATADA** acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso dos valores corrigidos porventura pagos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

- 18.1 A **CONTRATANTE** poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a qualquer indenização e sem prejuízo das penalidades pertinentes.
- 18.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a pagar a **CONTRATANTE**, multa de 5% do preço total do instrumento contratual, vigente na data da aplicação, sem prejuízo do pagamento das multas moratórias devidas, por inadimplemento, até a data da rescisão, caso a rescisão ocorra por sua culpa, conforme previsto no Art. 87, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA RESILIÇÃO

- 19.1 A rescisão do contrato poderá ocorrer por conveniência da Administração Pública Municipal, devidamente motivada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS RESPONSABILIDADES

- 20.1 A **CONTRATADA** assume, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento do pessoal técnico ou das forças de trabalho necessárias à boa e perfeita execução dos serviços contratados. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros. Em caso de danos à **CONTRATANTE** ou a terceiros, a **CONTRATADA** deve providenciar integral reparação, sendo facultado à **CONTRATANTE**, na hipótese de não vir a ser ressarcida no prazo contratual, compensar eventual dispêndio nos valores das faturas, deduzi-lo da garantia ou, não sendo possível nenhuma destas compensações, cobrá-lo administrativa ou judicialmente.
- 20.2 A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidades caberão, exclusivamente à **CONTRATADA**, sendo facultado à **CONTRATANTE**, na hipótese de vier a ser demanda por prepostos ou empregados da **CONTRATADA**, manter a garantia contratual e, ocorrendo condenação por responsabilidade solidária ou subsidiária, compensar eventual dispêndio nos valores das faturas, deduzi-lo da garantia ou, não sendo possível nenhuma destas compensações, cobrá-lo administrativa ou judicialmente.

20.3 A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

21.1 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

22.1 Caso a **CONTRATADA** descumpra as determinações trabalhistas, sociais, fiscais e previdenciárias legalmente impostas em relação ao seu corpo técnico, a **CONTRATANTE** poderá sub-rogar-se nos direitos oriundos das respectivas obrigações, na forma de retenção, para possibilitar o adimplemento destas parcelas à unidade de força de trabalho, vinculadas à **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades administrativas e legais aplicáveis à espécie.

22.2 A responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, em decorrência da execução deste Contrato, será integral e será apurada administrativamente e quantificada nos moldes definidos na legislação civil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS FORTUITOS E DE FORÇA MAIOR

23.1 Os casos fortuitos e de força maior serão excludentes de responsabilidades da **CONTRATADA** e da **CONTRATANTE**, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

23.2 Qualquer suspensão de execução em razão do item 23.1 será limitada ao período durante o qual tal causa ou suas consequências existirem, e este período será deduzido na contagem final do prazo.

23.2.1 Ocorrendo circunstâncias que justifiquem a invocação de caso fortuito ou força maior, a parte impossibilitada de cumprir sua obrigação deverá dar conhecimento à outra parte, por escrito e imediatamente, da ocorrência e suas consequências.

23.3 A aceitação ou não dos motivos de força maior, invocados pela **CONTRATADA** ficará a critério único da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

24.1 Aplicam-se ao presente contrato as disposições contidas na Lei Municipal nº 4.484/92 e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666/93 na sua atual redação, e demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

25.1 Fica estabelecido que na hipótese de a **CONTRATANTE** deixar de exigir da **CONTRATADA** qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

26.1 O presente contrato e seus eventuais aditamentos somente terão validade e eficácia depois de aprovados pela Secretaria Municipal de Gestão – SEMGE.

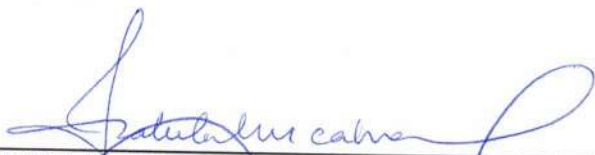
26.1.1 A publicação do extrato do contrato e de seus eventuais aditamentos, no Diário Oficial do Município, será providenciada e custeada pela Administração, mediante remessa do texto do extrato a ser publicado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados da aludida remessa.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA SÉTIMA – DO FORO

27.1 Fica eleito o foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor.

Salvador, 16 de OUTUBRO de 2019.



ISABELA LOUREIRO MANSO CABRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO/SEMGE
CONTRATANTE



ALBERTO RÓGERIO COELHO DIAS
SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADAS EIRELI
CONTRATADA